

A PSICOLOGIA NO TOBOGAM DEMOCRÁTICO

Anne Ganivet-Poumellec¹

A medida entre psicólogo e trabalho tem seu ápice em demonstrações como as que são feitas por Jacques Lacan e Georges Canguilhem,: "a psicologia... descobriu os meios para sobreviver como uma profissão que se oferece à tecnocracia; ou mesmo, como conclui num humor realmente swiftien um artigo sensacional de Canguilhem: num deslize de tobogan do Panthéon à Prefeitura de polícia"ⁱ.

Antes de seguir as últimas propostas psicológicas apresentadas à Xavier Bertrand, então Ministro do trabalho, por Philippe Nasse, estatístico economista e Vice-Presidente do Conselho da Concorrência e Patrick Légeron, médico psiquiatraa comportamentalista e Diretor Geral do escritório de consultores Stimulus, façamos um desvio instrutivo.

De Canguilhem à Stimulus

Em 1996 foi publicado o nº2 do Cahiers pour l'Analyse entitulado : « O que é a psicologia ? », com a conferência de George Canguilhem pronunciada no Collège philosophique, dia 18 de dezembro de 1956. Renovemos a leitura deste capítulo tão pertinente e nos deixemos guiar pela questão do que é atualmente a relação da psicologia com o trabalho.

Na pergunta embaraçosa « O que é a psicologia? » a existência mesmo do psicólogo encontra-se posta em questão na medida em que ele não pode responder nem o que ele é, nem o que ele faz. "Ele pode então procurar apenas numa eficácia sempre discutível, a justificativa da sua importância de especialista"ⁱⁱ, sublinha Georges Canguilhem. A psicologia revela a sua afinidade com o sem valor "de muitos trabalhos de psicologia, retira-se a impressão de que misturam à uma filosofia sem rigor uma ética sem exigência e uma medicina sem controle"ⁱⁱⁱ. Verifica-se igualmente marcada de silêncio, se propõe como teoria geral da conduta e descansa sobre uma filosofia de homem cuja questão não será colocada. Silêncio!

Georges Canguilhem descreve muito muito bem o que vemos florescer largamente : ao lado de uma psicopatologia, constitui-se uma biologia do comportamento humano, fruto do encontro entre a biologia e o desenvolvimento de um regime industrial numa civilização onde o igualitarismo se difunde. Observa-se então "um fenómeno próprio às sociedades modernas: a prática generalizada dos laudos em grande escala, geralmente, como determinação da competência e triagem da simulação"^{iv}.

Sabemos em que direção progrediu essa psicologia, ramo da psicopatologia quase exterminada, "a ciência objetiva das aptidões, das reacções e do comportamento",^v esquecida de seus fundamentos e circunstâncias de seu aparecimento, reforça-se sem parar de propor seus métodos e suas técnicas, para que seus "serviços" sejam aceitos. Georges Canguilhem recorda-nos que ao utilitarismo sucedeu-se o instrumentalismo, à ideia da utilidade para o homem sucedeu-se "a definição do homem ele mesmo como instrumento"^{vi}. Ele lança um grito às orelhas definitivamente tampadas dos psicólogos comportamentais: "O que inclina os psicólogos a fazerem dos homens os instrumentos de uma ambição de tratar o homem como um instrumento?"^{vii}

Com ele, podemos, por conseguinte, qualificar de instrumentalista o dito psicólogo que segue como "praticante profissional, cuja ciência é inteiramente inspirada pela investigação de leis de adaptação a um meio sóciotécnico... o que confere sempre às suas operações de medida um significado de apreciação e um porte de perícia"^{viii}.

¹ Psicanalista, membro da Ecole de la Cause Freudienne. Membro da Association Souffrances au Travail

Deixemos a última palavra com o filósofo que descreve o psicólogo do comportamento humano: "uma convicção de superioridade, uma boa consciência e direção, uma mentalidade de gestor das relações do homem com homem" ^{ix}.

No dia 12 de março de 2008, Philippe Nasse e Patrick Légeron entregaram a Xavier Bertrand, Ministro do Trabalho das Relações Sociais e da Solidariedade, um relatório sobre a determinação, a medida e o acompanhamento dos riscos psico-sociais no trabalho ^x. Eles foram encarregados, em Novembro de 2007, pelo Ministro e pela Direcção-Geral do Trabalho, de produzir uma lista descritiva dos riscos psico-sociais ligados ao trabalho, dos principais fatores de risco e de proporem indicadores para identificar, quantificar e acompanhar estes riscos.

Criado em 1989 pelo seu atual líder, o Doutor Patrick Légeron, o escritório de consultores Stimulus possui uma posição reconhecida no domínio do stress no trabalho. Os consultores do Stimulus são médicos psiquiatras, psicólogos formados em ciências do comportamento e em psicologia cognitiva, psicossociólogos e sociólogos das empresas e das organizações ; todos membros do AFTCC - Associação Francesa de Terapêutica Comportamental e Cognitivista.

As atividades do escritório Stimulus se organizam em torno de quatro pólos: avaliação, aconselhamento, formação e acompanhamento. O escritório Stimulus intervém em numerosas empresas e organismos públicos para "instaurar soluções específicas em matéria de gestão do stress profissional e adaptação à mudança". ^{xi} Atua em organismos bancários, telecomunicações, informática, indústria, transportes, administrações, seguradoras, setor médico, organismos profissionais... não é possível ver qual setor de atividade escapa ao conselho da Stimulus.

Há quase 20 anos, a Stimulus participa das organizações das empresas e nas formações dos dirigentes. O ministro dirige-se, por conseguinte, a um ator fortemente engajado e bem colocado para responder sobre os efeitos das novas normas em matéria de organização do trabalho. Podemos contudo estar certos de uma coisa: este parceiro ocasional do Estado não demorará na procura das causas e isso, por duas razões. A primeira porque a resposta se relaciona a algo que não cessa de se constatar: o risco psico-social aumenta. A segunda, reside no ângulo de ataque colocado na pergunta feita pelo ministro. De fato, como é exposto na introdução do relatório, os seus autores decidiram se opôr a uma prática francesa que privilegia a investigação das causas, pois, para os nossos dois autores, "o acento que seria colocado sobre as causas transpõe-se para a procura da responsabilidade dos instigadores destas causas e então qualquer possibilidade de consensos desaparece a partir da origem" ^{xii}.

Esse ator parceiro se apresentará por conseguinte sob os traços de um observador tão neutro quanto possível, preocupado sobretudo em evitar qualquer investigação de responsabilidades, para privilegiar um consenso enigmático.

O engodo da suposta neutralidade

Para opôr qualquer divisão, o objeto do relatório fixa o par "saúde psíquica do indivíduo" e "condições sociais de trabalho", que será observado por "métodos cientificamente neutros e fiáveis, enquetes psico-sociais, cuja confiabilidade estatística é sustentada por questionários validados e rodados" ^{xiii}. De fato esses dois pontos vão produzir o famoso coelho tirado da cartola ; a medida chamada risco psico-socossial

O risco psico-social é uma construção que apresenta pelo menos duas particularidades: a primeira situa-se na língua, é a singularidade gramatical encarregada de pôr ordem na variedade, fonte de confusão para os nossos relatores. Por conseguinte, no lugar de stress, perseguição moral, violência, sofrimento, suicídio, depressão, perturbações musculoesqueléticas, diremos RPS, risco psico-social. A segunda particularidade é relativa à sua natureza de cálculo, dado que o risco é uma probabilidade de se constatar que há stress, depressão, perseguição moral, suicídio etc. ligados às condições de trabalho. O relatório aconselha ao ministro de não se preocupar com a busca de causas e explicações "num ambiente jurídico onde o empregador, num sentido muito geral, é responsável por qualquer

infracção à saúde dos seus empregados devido à causas ligadas ao trabalho”^{xiv} mas sim “de empreender um esforço primeiro e essencial em prol da medida tão neutra e objetiva quanto possível do simples fato”^{xv}. Ele é lembrado também de que o Estado, ele mesmo, é um empregador e onde a sua responsabilidade corre o risco de ser comprometida, lhe é proposto escorregar a medição, poder-se-ia dizer.

Esta medida, sem ignorar a pluralidade das teorias, levará à elaboração de um questionário, ode ainda neste caso a pluralidade justifica que opte-se pelo singular. No seu resumo, o relatório de Senhores Nasse e Légeron pressiona o ministro a pronunciar-se sobre o questionário que determinará o indicador global.

Vê-se o escritório Stimulus ao mesmo tempo preservar com cuidado a sua clientela prospectada, os empregadores em geral, e soprar ao poder público a nota de recomendação que seguirá este relatório: construir o questionário que fará emergir o indicador global, para certamente aplicá-lo ao maior número de empresas.

Esse não é o único abuso que comporta o relatório e empenharei-me a sublinhar outro que toca em uma constatação obtida durante a minha prática na Association Souffrances au Travail.

Por esta associação, colegas e eu mesma propomos aos que experimentam uma dificuldade crucial ligada ao trabalho, frequentemente em urgência, encontrar um psicanalista, num tratamento cujas sessões são gratuitas. Dessa experiência que dura desde o ano 2000, constatamos que os inspectores e os controladores do trabalho dispõem de uma grande avaliação dos sofrimentos criados no trabalho. Sem pesquisas estatísticas, sem questionários validados, às vezes sobre um simples telefonema, estes homens e estas mulheres da ponta sabem orientar alguém para a SAT.

Vemos igualmente, por parte de certos médicos do trabalho, instaurar-se uma parceria eficaz no âmbito de consultas particulares. Para certas pessoas recebidas no âmbito de SAT, a situação insuportável numa empresa é consideravelmente aliviada pelo fato de o médico do trabalho estabelecer um procedimento de inaptidão. Pelo trabalho das sessões, este procedimento toma um valor de contingência e permite que abra-se uma verdadeira porta de saída.

O que lemos a esse respeito no relatório? Os senhores Nasse e Légeron interessam-se rigorosamente por duas fontes de informação muito precisas, a dos médicos do trabalho, que redigem um relatório anual de actividade, infelizmente sobre papel, armazenado a nível das regiões, e a dos inspetores do trabalho, cujos relatórios deveriam constituir “ importante estoque de informação... inexplorado no plano nacional”^{xvi}. Preconizam informatizar, de acordo com um esquema comparável, esses dados e centralizá-los o mais rapidamente possível. Se tal conselho fosse seguido, veríamos debater-se e desvanecer um campo de atores realistas e competentes que o Estado, não tão louco, não temeu de instaurar ao longo de toda a sua história, onde a arte de governar nem sempre acredita na complexidade humana.

Os relatores incitam o poder público a exercer sua responsabilidade, desenvolvendo um sistema de informação estatístico que constituiria um indicador global a ser medido por um inquérito anual obrigatório. A pesquisa, realizada junto aos assalariados pelos médicos do trabalho, seria explorada pelos serviços estatísticos do Ministério da Saúde Os seus resultados justificariam se é necessário agir e onde. Nesse ponto, apenas procuraria-se as causas relativas à própria empresa, de acordo com a melhor forma convencionada pelo escritório Stimulus.

O relatório Nasse-Légeron não hesita em repartir as tarefas entre os ministérios que dirigem-se à potência pública estatística, que parece supervisioná-las todas. Nada deve escapar ao instrumento do cálculo e ao poder do calculador: indicar o padrão, a média, o desvio.

Garantem que o ministro ficou irritado com a leitura deste relatório que não é sem pretensão e revela algumas vezes a tendência arrogante ligada à certeza dos seus autores: um fato a ser

codificado para entrar numa medida. Apostam mesmo que uma indisposição poderá atualizar-se em função do esmagamento do desejo político. Não é o ato político que é confiscado aqui em proveito de uma gama de ações auto-justificadas, restaurando incessantemente uma linha mediana onde a coisa pública vem morrer num pobre reflexo estandardizado?

Para os assalariados, nada de bon a esperar. Esmagados duplamente pela alienação inerente ao trabalho e pelo número que medirá o seu RPS, eles deverão tornar-se ainda mais transparentes, ainda mais nus.

Política do sujeito, Poética do caso

Realmente os gozos à obra num caso de perseguição prestam-se mal ao cálculo. É o que esclarece o percurso paradigmático da Sra. D, recebida no âmbito da Association Souffrances au Travail. Vejamos como o acolhimento feito por uma invenção contingente permite uma saída feliz para este sujeito incomparável.

A Sra. D, 57 anos, trabalha como consultora numa instituição que se ocupa da formação e ajuda à procura por emprego. Esta instituição recebe as pessoas à procura de emprego em pequenas unidades dirigidas por um responsável, dependente hierarquicamente de um Presidente Geral. No estabelecimento da Sra. D encontram-se uma secretária e um auxiliar de limpeza em contrato de duração indeterminada- CDI; os outros trabalhadores são substituintes.

A Sra. D chega à sua primeira consulta em grande desordem, no limite do abismo. Ela é perseguida pelo responsável, recém chegado neste setor. É um homem violento, alcoolista. Ele lhe pronuncia discursos ameaçadores, protesta sobre a sua incompetência, a sua falta de saber... isto pode durar horas. As críticas que lhe são dirigidas não se acompanham de nenhuma medida disciplinar. É um ritual de violência que se instaurou e ela se submete à isto, vampirizada, com vergonha. Após uma colega pressioná-la a reagir, marcou uma consulta no SAT.

Durante as primeiras consultas, ela é muito teatral e empresta sua voz ao atormentador, onde reencena o insuportável, durante longas entrevistas. Gradualmente, outro tom faz-se entender ; certo apaziguamento que me permite recomendar-lhe que se deixe instalar um corte sob a forma de um atestado médico de afastamento.

A Sra. D, muito apreciada pelas pessoas que ela auxilia na procura de emprego e por seus colegas, é uma mulher forte, sensível e generosa. Toda sua carreira é colocada sob o selo do dom no sentido que ela raramente foi paga por sua formação e sua competência e parece, até certo ponto, ter esbanjado o seu "knowhow".

Receberei a Sra. D durante sete meses. Ela sustentará inicialmente apenas a ideia de atacar este homem por perseguição. A secretária a apóia, mas negociando sua própria partida, ela não pode mais testemunhar. O auxiliar de limpeza esta aterrorizado e o pessoal substituinte não pode acolhê-la. O inspetor do trabalho, realista, a incentiva a seguir o procedimento de inaptidão com a Medicina do trabalho, mas para a Sra. D, a resposta é um grito abafado: "não sou inapta!"

Ela tentará escrever ao presidente geral para abrir uma negociação mas este lhe responde, num tom muito administrativo, que está tudo bem. O inspetor do trabalho faz uma investigação, o responsável recebe uma advertência, mas tudo continua da mesma forma. Durante o tempo das nossas sessões, a Sra. D abordará a história próxima do seu país de origem que conheceu a ditadura e as complicadas histórias de família dos seus pais. Ao contrário, a família que constitui com o marido e suas crianças revela-se simples e sólida. Nada contudo avança seriamente nas suas batalhas com o vazio.

Seguidamente, começa a escrever-me : um cartão postal escolhido, palavras no verso, um poema e outras coisas. Ela lê os seus poemas em sessão, interrompo quando a leitura a divide

e a conduz à beira das lágrimas. Ela faz ler os seus poemas em torno dela. São apreciados. Incentivam-na a publicá-los. Recebo-a sempre com satisfação.

Ela aceita agora o procedimento inaptidão. Escreverá poemas durante toda a duração do tratamento e seguidamente os dará à SAT, pra que permaneçam no local.

É uma mulher reconciliada com a vida que deixará o meu escritório.

Tradução : Leonardo Scofield

Revisão : Judith Albuquerque

ⁱ Lacan J., « La science et la vérité », *Écrits*, Seuil, 1966, p.859

ⁱⁱ Canguilhem G., « Qu'est-ce que la psychanalyse ? », *Cahiers pour l'analyse* n°2, Seuil, 1966, p.77

ⁱⁱⁱ Canguilhem G., *op. cit.*, p.77

^{iv} Canguilhem G., *op. cit.*, p.87

^v Canguilhem G., *op. cit.*, p.88

^{vi} Canguilhem G., *op. cit.*, p.88

^{vii} Canguilhem G., *op. cit.*, p.89

^{viii} Canguilhem G., *op. cit.*, p.89

^{ix} Canguilhem G., *op. cit.*, p.89

^x www.travail-solidarite.gouv.fr

^{xi} www.stimulus-conseil.com

^{xii} Nasse P. et Légeron P., *Rapport sur la détermination, la mesure et le suivi des risques psychosociaux au travail*, 2008, p.6

^{xiii} Nasse P. et Légeron P., *op. cit.*, p.4

^{xiv} Nasse P. et Légeron P., *op. cit.*, p.17

^{xv} Nasse P. et Légeron P., *op. cit.*, p.17

^{xvi} Nasse P. et Légeron P., *op. cit.*, p.22